

APOSIOPSE DA HISTÓRIA: A LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PALMAS-TOCANTINS

Apposiopeis of history: law 10.639/03 in public schools in Palmas-Tocantins

Vanda da Silva Santos¹

José Gilberto de Souza²

RESUMO

A pesquisa em andamento analisa a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas de Palmas-Tocantins, com foco em análise documental tendo como referência os objetivos centrais do processo de ensino. Foram analisados 14 Projetos Políticos Pedagógicos de escola públicas municipais do Ensino Fundamental, buscando identificar a presença de conteúdos que construam uma perspectiva inclusiva e antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista; Lei 10.639/03; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/2003 foi instituída com a função regulatória e simultaneamente como uma política pública, uma vez que estabelece diretrizes para o ensino da história e cultura afro-brasileira, também atua como uma ação afirmativa que visa promover a valorização da ancestralidade e dos valores culturais da população negra, contribuindo para o reconhecimento e a valorização de sua identidade no contexto educacional brasileiro.

O alcance do proposto pela lei, implica, inevitavelmente, a revisão no currículo escolar, a fim de que haja a inclusão dos conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, e que os conteúdos sejam abordados de forma ampla e transversal adotando a valorização da identidade, da cultura afro-brasileira, consequentemente promover uma educação antirracista.

Dante do estabelecido pelos documentos orientadores, torna-se evidente a necessidade de aprofundar a investigação sobre o tema em nível nacional, verificar se as abordagens ainda são periféricas ou distorcidas e se as práticas educacionais valorizam o aspecto étnico racial. Essa análise é urgente, uma vez que a implementação desta lei não é

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional – TO. E-mail: santos.vanda@mail.uft.edu.br. A pesquisa é orientada pelo Prof. José Gilberto de Souza.

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT – Porto Nacional-TO) – e da Universidade Estadual Paulista (Unesp - Campus de Rio Claro-SP) E-mail: jg.souza@unesp.br.

uma escolha, mas uma obrigação legal que deve ser observada por todas as redes de ensino .

Entretanto, considerando a amplitude da temática, esta pesquisa está delimitada ao município de Palmas-TO, com o tema: A análise da Implementação da Lei Étnico-Racial Educacional (10.639/03) nas Escolas de Ensino Fundamental II da rede municipal e estadual de Palmas-TO, perquirindo a implementação da referida lei no âmbito das escolas públicas, a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), bem como investigar os principais desafios enfrentados para a implementação da lei no que concerne à inclusão (ou não inclusão) dos conteúdos étnico-raciais no currículo e o combate ao racismo nas escolas públicas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e observacional da realidade escolar do município Palmas-TO, tem como perspectiva uma análise crítica sobre a realidade social pautando em duas lógicas: a lógica de investigação e de exposição. De matriz marxista essa lógica pressupõe que a investigação da realidade empírica consolida num processo de análise complexa em que se desdobram relações que explicitam o movimento histórico e as contradições de uma realidade social.

A QUESTÃO RACIAL E OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

A presença persistente do racismo estrutural nas instituições educacionais brasileiras evidencia-se na forma como os currículos escolares frequentemente marginalizam, ou silenciam, ou interrompem a histórica contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação social do país. Ainda que haja avanços legislativos, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, o silenciamento sobre a história destes povos nos currículos escolares ainda é uma realidade. Estas costumam aparecer sobretudo nas datas comemorativas, como aponta Santomé (2011) figurando nos "calendários turísticos" que são estruturados a partir de unidades didáticas esporádicas e para cumprimento de uma formalidade legal.

Diante deste cenário é pertinente a reflexão de Souza e Juliasz (2020) sobre o processo de ensino, o qual destacam que os objetivos fundamentais da consolidação de uma escola popular, que conduza ao processo de formação e constituição da genericidade humana (Marx, 1985). Para os autores são três esses objetivos e devem ser compreendidos de forma indissociável: os objetivos científicos, pedagógicos e atitudinais, as quais devem comparecer nos objetivos da escola, ou seja, em seus PPPs.

Segundo os autores o trabalho docente apresenta particularidades que se revelam no ato educativo. Trata-se das mediações que são elaboradas com os conteúdos e que denotam sua dimensão teleológica, ou seja, uma intencionalidade. E, nesse sentido, não há outra função do trabalho educativo que que não seja a emancipação dos indivíduos, a consolidação de sua autodeterminação como sujeitos históricos, que se realizam somente com a consciência e autoconsciência de sua realidade em uma perspectiva omnilateral (Marx, 1985).

Esse processo se estabelece a partir de múltiplas dimensões epistêmicas, sobretudo o conhecimento científico, desenvolvido de forma contextualizada, socialmente referenciado,

articulados aos conteúdos procedimentais e/ou pedagógicos e atitudinais, e o processo efetiva-se a partir da apropriação cognitiva, metodológica e de objetivações humanizadoras.

Essa prática docente intencional, orientada pela perspectiva humanizadora e pela apropriação crítica do conhecimento, deve refletir-se nos documentos institucionais que organizam o trabalho pedagógico das escolas, como os PPPs. Afinal, são esses documentos que se expressam, ou deveriam expressar o compromisso com a formação integral e emancipadora dos sujeitos. Diante disso, a análise dos primeiros 14 PPPs da rede estadual de Palmas-TO, de um conjunto de 57, revelou que a aplicação da lei ainda é muito limitada. A maioria dos PPPs consultados menciona os termos étnicos raciais apenas de forma superficial, sem desdobramentos em ações concretas ou estratégias pedagógicas definidas.

Significa dizer que, considerando os objetivos conceituais fundamentais ao processo de ensino, os conteúdos centrais acerca dos processos de escravização, os espaços de confinamento, as trajetórias mercantis dos povos escravizados, suas origens étnicas, e os padrões de sociabilidade vivenciados durante e após o a escravização, não se configuram em conteúdos-conceitos científicos a serem considerados no processo formativo.

Essa ausência de conteúdos, concorre ainda com outros dois cerceamentos enquanto processo pedagógico, que se relacionam aos objetivos procedimentais e/ou pedagógicos e os atitudinais em um processo de ensino. No primeiro caso, tendo em vista que a História do processo de escravização das populações e a diáspora africana estão absolutamente negligenciado e superficializado, sendo um dos pontos centrais dos objetivos procedimentais e ou pedagógicos quando se refere sobre o entendimento da estrutura social brasileira.

Neste ponto Gonzalez (1982, p. 91) aponta também para o discurso destrutor da identidade da população negra, derivados da internacionalização da auto imagem desfavorável, com uma estética racista, presente sobretudo nos textos escolares. Isso reforça a necessidade em superar as visões estereotipadas, os determinismos acerca das condições de vida e dos processos de segregação socioespacial a que estão submetidas estas populações no país até os dias atuais. Nascimento (2018, p. 67) propõe que seja feito uma releitura metodológica do sistema educacional eurocentrado, modificando o foco de visão de descendente do ex-escravo para negro brasileiro enquanto formador da sociedade brasileira, que possui uma herança histórica baseada na liberdade e não no cativeiro. Nesse sentido, é necessário ainda refletir sobre as formas desiguais de inserção no mundo do trabalho, das diferenciações de gênero e dos processos de marginalização e crinalização dos jovens pretos periféricos, atingindo a compreensão da necessidade de política sociais.

No que tange este último, trata-se de criar experiências de depoimentos dos próprios educandos negros acerca de suas escrevências, nas palavras de Evaristo (2020, p. 31), se refere a subjetivação da própria história, a partir do visto, sentido e vivenciado nas relações interpessoais e institucionais, bem como de suas famílias, que tendem a promover situações de reconhecimento das condições reais de vida, do racismo, dos apartheid cotidianos a que estão sujeitos. Nesse campo, os objetivos atitudinais convergem para o que denominamos de reversibilidade social, que se trata de uma mudança de visão, relativa ao “colocar-se no lugar do outro” (Souza, Wiezzel, 2023), produzindo elementos de solidariedade, empatia e sobretudo de construir uma sociedade antirracista.

Desta feita, a ausência destes objetivos-conteúdos concorrem não apenas na negação da Lei, em objeto mais central, mas da própria negligência do papel da escola em sua totalidade formativa indicando um outro problema central, a ausência de currículo instruído em uma perspectiva inclusiva e antirracista. Estes elementos curriculares presentes, intrinsecamente, produziriam representações ou constructos de leitura de mundo e formas de aprendizagem mais humanizadas. Por certo no desenvolvimento e na aprendizagem, considerando estes conteúdos, os alunos, como sujeitos cognoscentes, passariam por transformações, ressignificações de seus raciocínios sobre a sociedade brasileira, mobilizados por uma efetiva aprendizagem dessa história.

Cabe destacar ainda que a totalidade dos PPPs analisados revelaram uma abordagem da história e cultura afro-brasileira a partir da data comemorativa de 20 de novembro, sem tratar o tema como sequência curricular. Essa constatação reforça o enfraquecimento da lei diante da temática étnico-racial. Que por sua vez, ratifica uma dimensão pedagógica de ensino que se vincula à perspectiva factual.

Zabala (1998) classifica os conteúdos como factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais. Em nossa avaliação, a relevância dos conteúdos factuais estabelecidos pelo autor se fundamenta no pressuposto de uma visão de mundo em que os fatos são dados históricos pontuais e que se realizam como apoio de memória. Para o autor, os fatos são acontecimentos e situações singulares como a conquista de um território, os nomes, os códigos, os axiomas, a altura de uma montanha, uma data comemorativa (Zabala, 1998, p. 41).

Não é o fato do conteúdo em si que importa, mas nos processos históricos e, particularmente, na Geografia, a dimensão espacial dos fenômenos são fundantes para compreender sua formação e desenvolvimento. Os fatos precisam e podem ser incorporados no processo de conhecimento, mas não como centralidade, apenas como elementos de referência, distanciada de qualquer dimensão mnemônica que possa anular o contexto e seus reflexos futuros, sobretudo no caso do escravismo que tem seus efeitos deletérios comprovados na exclusão de parte significativa da população brasileira. Segundo Souza e Juliasz (2020) a visão factual emerge de uma concepção idealista de conteúdos (conceitos) a-históricos e, particularmente, se fecundam em uma Geografia mnemônica, tradicional e que se quisera “neutra”. O conceito é histórico e sua factualidade está em seu constructo, envolvido em concepções de ciência, sociedade, de espaço-tempo, em visões sociais de mundo fragmentadas. O papel do professor é fazer esvanecer a dimensão de fato, assumindo seu decurso, como processualidade histórica e, nesse caso, seus brutais desdobramentos.

Nossa premissa é de que os conteúdos e conceitos não são abstratos, decorrem de processualidade histórica, estão carregados de concretude, em sua formação/ construção ontogeniológica. Nesse processo também se constitui a intencionalidade do professor em sua apropriação e abordagem. A ação educativa, “sem clareza de intencionalidade”, a qual não denominamos de trabalho, a não ser como “trabalho alienado”, se realiza a partir de exposição não crítica, não histórica, de conceitos, terminologias, metodologias, operações, entre outros processos que interrompem a aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ainda em andamento, aponta para a abordagens superficiais e pontuais sobre a temática étnico-racial nas escolas públicas de Palmas-TO. O diagnóstico inicial revela que a Lei 10.639/03, embora referida nos documentos pedagógicos, carece de efetividade no cotidiano escolar, já que a inserção da temática está ainda limitada ao calendário comemorativo, e que, portanto, há uma negligência na forma como a abordagem dos conteúdos de promoção anti-racismo e reafirmação da identidade negra são feitas de forma factual, fragmentada e dissociada da realidade, o que provoca prejuízos formativos com práticas pouco transformadoras e desvinculadas com o objetivo da lei em estudo.

Os prejuízos formativos decorrentes da inaplicabilidade dos objetivos científicos, procedimentais e atitudinais, indicam muito mais que ausência, revelam processos como o silenciamento e o apagamento que culmina na negligência da função social da escola e do professor. Trata-se de uma aposiopese, uma interrupção abrupta da mediação histórica para a construção de um conhecimento que possibilite a formação crítica e social dos educandos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639 de 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 10 de março de 2025

EVARISTO. Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In . In:NUNES. I. R. & DUARTE. C. L. (org) ILS. Goya Lopes. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Editora Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, L. HASENBALG, C. Lugar de negro. Rio de Janeiro-RJ. Ed. Marco Zero LTDA, 1982.

MARX, K. O capital. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NASCIMENTO, M. Beatriz. Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. UCPA (Org.). Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org) Alienígenas da sala de aula. Petropólis-RJ Vozes, 1995

SOUZA, J.G., WIEZZEL, A. C. S. . Elementos categoriais da aprendizagem geográfica: contribuição teórico-metodológica ao processo de ensino. 1. ed. Marilia-SP: Editora Lutas Anticapital, 2023. v. 1. 129p .

SOUZA, J.G., JULIASZ, P. C. S. . Geografia: ensino e formação de professores. 1. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020. v. 1. 200p .

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.